

A grave crise financeira que se abateu sobre o mundo – principalmente os países ricos – no segundo semestre do ano passado mostrou um fato já mais ou menos evidenciado anteriormente: a incapacidade dos organismos multilaterais controlarem ações mitigadoras de riscos no interior dos países.

A própria ONU vinha tendo sua autoridade colocada em cheque: no episódio da invasão do Iraque, na era Bush, os americanos não deram ouvidos às suas recomendações pacifistas.

A FAO, organismo das Nações Unidas para a agricultura e a alimentação vem há anos trabalhando pela adoção de políticas agrícolas que reduzam a fome, mas o número de famintos só aumenta, em nível planetário.

A OMC, cuja rodada de Doha tem por objetivo a liberação comercial agrícola e também de serviços, foi brecada pelo “neoprotecionismo” que quase todos os países desenvolvidos criaram para evitar recessão, desemprego ou quebra de empresas. Aliás, a OMC não tem conseguido sequer obrigar os países a cumprirem decisões por ela tomadas. É o caso do subsídio ao algodão que os americanos insistem em oferecer, contrariando a determinação da OMC, que, em painel aberto por solicitação do Brasil, concluiu que tais subsídios distorcem o mercado. Mesmo assim, o protecionismo persiste, o mercado segue distorcido, nossos cotonicultores continuam prejudicados e nada obriga os Estados Unidos a mudarem suas regras, salvo através de retaliações comerciais que podem não ser interessantes.

O fato, enfim, é que organismos multilaterais perderam protagonismo.

Mesmo as grandes instituições financeiras, como o FMI e o Banco Mundial, já não são capazes de atender a todas as demandas, sobretudo dos países em desenvolvimento. Agora mesmo, no auge da crise, os países de Leste Europeu e até mesmo da América Latina (caso do México) batem às portas do FMI em busca de socorro financeiro e os cofres da instituição não têm recursos suficientes.

Aqui na América do Sul também assistimos a freqüentes desmoralizações do nosso bloco econômico, o MERCOSUL.

Sempre que os interesses de algum setor econômico de um país do bloco são afetados, a filosofia comunitária é contestada com mecanismos inibidores de comércio. A Argentina faz isso com muita freqüência, demolindo a idéia do MERCOSUL.

Esta perda de protagonismo das instituições multilaterais, potencializada pela crise financeira global, vinha erodindo o movimento da globalização da economia.

Em nome da soberania nacional interna, cada país reagia de uma forma específica atendendo seus interesses legítimos, às determinações ou regras daquelas instituições, preocupado com seus legítimos interesses.

Ora, o risco deste processo era – e ainda é – a desmoralização de organismos como a ONU, criados para manter a paz mundial, estimular a democracia e o bom entendimento entre os povos. Quase um tribunal em

defesa do bem comum. Portanto, o desrespeito à ONU, por exemplo, poderia causar ameaça à paz.

Depois de um doloroso processo de desgaste, uma luz se acendeu no fim do túnel, e muito brilhante: o fantasma de uma recessão global fez com que os países agissem com firmeza, e isto se deu em Londres, nos primeiros dias de abril, com a reunião do chamado G20. Um poderoso conjunto de países abrigados neste grupo, representando mais de 2/3 do PIB mundial, finalmente resolveu se movimentar, e fê-lo com determinação.

Em primeiro lugar, decidiram colocar 1 trilhão de dólares no FMI para atender as demandas mais dramáticas de países em crise. E parte deste vultuoso recurso será destinada a promoção da abertura comercial, mecanismo formidável para o progresso dos emergentes.

Em segundo lugar, vão atuar com vigor fiscalizador sobre os paraísos fiscais, num esforço conjugado para acabar com o tráfico de drogas e remessa de recursos oriundos da corrupção em qualquer país.

Mais do que simples decisões ou propostas, o G20 colocou prazos para o cumprimento de cada ação, criou mecanismos de verificação da implementação dos resultados e designou responsáveis para as diferentes ações.

Tudo isto vem em muito boa hora, e os mercados reagiram positivamente pelo mundo afora.

A grande qualidade destas decisões é a coordenação de esforços, em si mesma. Havia muita incerteza quanto aos resultados da reunião do G20 e até uma boa dose de ceticismo. Para agradável surpresa dos pessimistas, ficou claro que o mundo se mexeu para valer, coordenando políticas globais, inclusive em defesa do meio ambiente e de uma economia verde (muito bem vinda para o Brasil), sem que isso prejudique os interesses específicos de qualquer Nação.

É, sem dúvida, a alvorada de um novo tempo. E, embora não tenham sido fixadas mais outras novas regras para regular o sistema financeiro, é tão importante para a história moderna quanto o foi o famoso encontro de Bretton Woods.

Saudemos este novo tempo que novos líderes estão construindo. E vamos nos engajar neste amplo projeto, no qual o Brasil tem muito para ganhar, especialmente o agronegócio, seja na economia verde, seja na abertura de mercados.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**